



Obras no cais da Alfândega, 1877



Armazéns portuários

do estuário do Tejo, autênticos itinerários turísticos-culturais de núcleos históricos, que são exemplares raros ou praticamente únicos de arqueologia naval e da arqueologia industrial [e portuária]⁽¹⁾.

Mas visávamos, também, a ideia de lançar as bases de um projecto de museu ligado ao porto de Lisboa. Nunca pensámos, diga-se, em musealizar toda a zona ribeirinha, ao modo de Christo quando “embrulhou” a Pont-Neuf, em Paris, ou o Reichstag, em Berlim; e também não víamos esse museu como um “clássico” museu de marinha ou naval, nem mesmo como um museu de empresa, apesar da APL ser a senhora das zonas marginais do estuário do Tejo. Imbuídos do espírito da “nova museologia” viamo-lo, antes, como um pequeno museu, albergado preferencialmente num dos então devolutos armazéns de estrutura de ferro e tijolo burro, ou, em alternativa, distribuído por vários núcleos: podendo um ser, por exemplo, algum velho guindaste, a ponte giratória da Rocha do Conde de Óbidos, um barco desactivado – há quantos anos o Ecomuseu Municipal do Seixal tem embarcações tradicionais do Tejo “abertas” ao público?! – ou, ainda, um entreposto vazio. Nesses espaços, museograficamente despojados, revelar-se-iam espécimens (ou réplicas) diversificados, onde caberiam, entre outros, os projectos para o porto, como o de Carlos

Mardel, não datado, cujos magníficos desenhos aguarelados com 286,8 x 55,5 cm se encontram no Arquivo Histórico do MOP; a maqueta do dique do Arsenal que já vimos, há anos, nas reservas do Museu de Marinha; medalhas comemorativas; exemplares da imprensa periódica, como *O Occidente* – de 11 de Novembro de 1887 – que mostra os rostos dos principais técnicos, a cerimónia de assinatura do auto de inauguração e o lançamento das primeiras pedras das obras do porto de Lisboa, etc.

Em alternativa a esta solução “tradicional” pensámos, então também, numa(s) estrutura(s) ligeira(s) de acolhimento e interpretação, onde deveria reinar um discurso audiovisual baseado, sobretudo, na exploração da vasta iconografia de Lisboa ribeirinha: desde a vista panorâmica sobre o Tejo e a cidade, de Francisco de Holanda, in *Da Fabrica que falece à cidade de Lisboa* 1571; a “Vista panorâmica de Lisboa” atribuída a Domingos da Cunha (séc. XVII, MNAA); e as plantas das freguesias ribeirinhas de Lisboa devidas a José António de Carvalho, 1770-1771, no IAN/TT; até ao óleo sobre tela “Rocha do Conde Óbidos” de Alfredo Keil, 1873, do Museu da Cidade, etc. E porque, como diz o ditado, “não há dois sem três”, surgiu pouco depois um terceiro “projecto”. A sua principal característica era o recurso exclusivo à

fotografia. Como o limite *a quo* desta está para além das *Grandes Obras* lançadas em 1887 – na verdade podemos recuar até pelo menos c. 1860 com a longa panorâmica de Lisboa tirada pelo francês Alfred Fillon – muito haveria a mostrar: Francisco Rochini, c. 1868-1870, com a *Praça dos Remolares* e uma *Vista de Lisboa tirada do Castelo de S. Jorge*; dos arquivos da APL, várias imagens de obras no cais da Alfândega, em 1877; então, sim, as das *Grandes Obras*, c. 1890, com diversas provas no acervo do Arquivo Fotográfico da CML; depois, entre outros, Júlio Worm, c. 1910, com as desaparecidas muletas pescando no Tejo; do portuense Domingos Alvão, a estação fluvial de Belém, c. 1940; os brometos coloridos da Exposição do Mundo Português, de 1940, por Nuno Ferrari; o Terreiro do Paço registado dois anos mais tarde por Cecil Beaton (o “*dandy photographer*”), sem esquecer a Torre de Belém, em 1957, de Gérard Castello-Lopes, então já libertada da opressora fábrica de gás, etc. Infelizmente, quase 20 anos passados, nem sombra de museu ou de exposição... 

Notas:

⁽¹⁾ 100 anos do porto de Lisboa p. 6.

PAULO OLIVEIRA RAMOS,
Professor Auxiliar da Universidade Aberta
poramos@univ-ab.pt